

PROCURAÇÃO "Ad Judicia"

OUTORGANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, brasileiro, menor, portador de RG nº 2.601.434 SSP/PB e CPF nº 090.946.034-54, residente e domiciliado na Rua Francisco Bonifácio, s/n, Centro, Município de Sousa - PB, representado por FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS, brasileira, agricultora, casada, portadora de RG de nº 2.095.455 SSP/PB e CPF de nº 037.147.604-66, residente e domiciliada no endereço acima citado.

OUTORGADO: José Cirilo Fernandes Neto, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob nº 6490-PB e Emilyly Dantas Vilas Boas, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PB nº 20652, com escritório profissional na Rua Lafaiete Pires Ferreira nº 02 – centro - Sousa-PB, onde recebe intimações.

PODERES: Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judícia*", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor Ação Cível contra quem de direito as ações competentes. Usando os recursos legais e acompanhando-os até final julgamento, podendo para tanto, requerer o que for de direito, cópias de documentos pertinentes, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como argüir suspeição, falsidade e exceção, transigir, acordar, dar e receber quitação, firmar compromissos, bem como substabelecer, nesse caso, tal ocorrência não implica em prejuízo de honorários advocatícios previamente acordados com o outorgado, dando tudo por bom, firme e valioso.

Sousa/PB, em 17 de dezembro de 2019.

Francisca dos Santos
FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

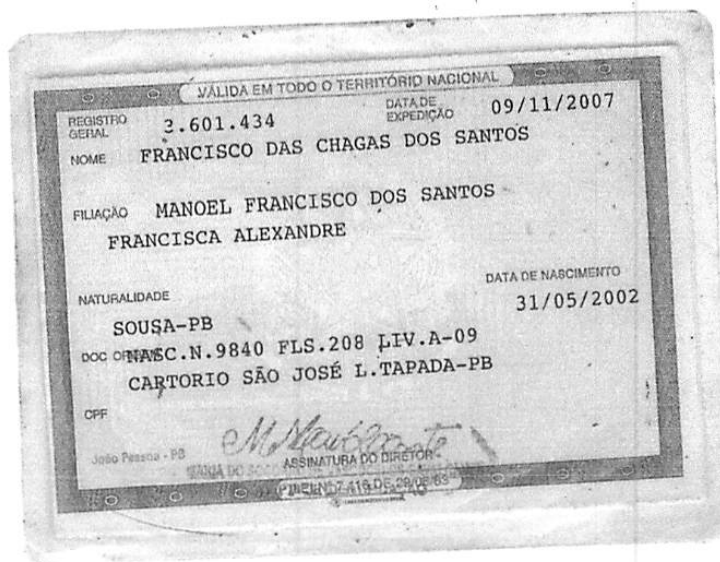
Eu, **FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS**, brasileiro, menor, portador de RG nº 2.601.434 SSP/PB e CPF nº 090.946.034-54, residente e domiciliado na Rua Francisco Bonifácio, s/n, Centro, Município de Sousa - PB, representado por **FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS**, brasileira, agricultora, casada, portadora de RG de nº 2.095.455 SSP/PB e CPF de nº 037.147.604-66, residente e domiciliada no endereço acima citado, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

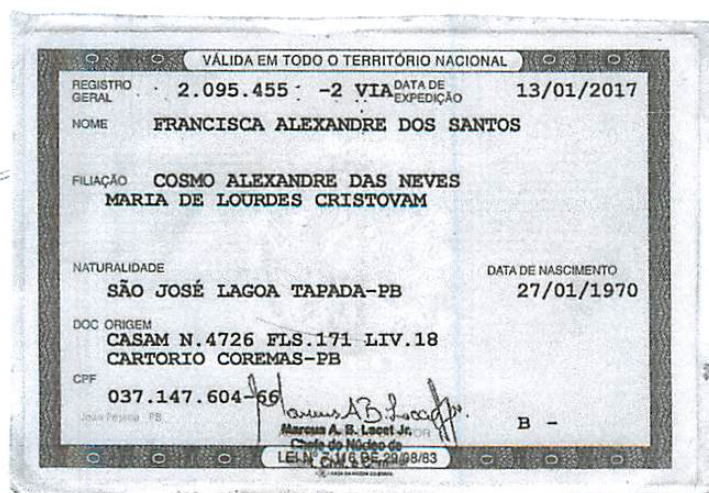
Sousa-PB, 17 dedezembro de 2019

Francisca dos Santos

FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE SOUSA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA
DISTRITO DA SEDE

Cartório Único de São José da Lagoa Tapada

Certidão - Registro Civil N.º 7.053

Cláudio Antonio Marques de Sousa
Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 112 do Livro A 07, sob N.º de
Ordem 7.053 foi lavrado o assento do Nascimento de FRANCISCA ALEXANDRE.
do sexo Feminino, nascida a no dia 27/01/1970, Vinte
sete de Janeiro de um mil novecientos e setenta.
às 4 horas em São José da Lagoa Tapada
Estado da Paraíba.
filha O de Cosmo Alexandre das Neves
e de Dona Maria de Lourdes Cristovam
Sendo avós Paternos Manoel Alexandre das Neves
e Dona Maria de Lourdes Cristovam
e avós Maternos Francisco Cristovam da Silva
e Dona Antonia Floripa
O assento foi lavrado em 27 de Março de 1992 tendo sido declarante
A Registrada
e serviram de testemunhas Aprônio Gomes de Sá e Antonio Marques Rufino
Dignos do Pé do Pé.
OBSERVAÇÕES

feito em e de acordo com decreto lei em vigor etc.

COPIA ORIGINAL

Jose Francisco de Sousa
Agente Administrativo
Matr. 61.104.229

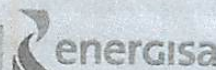
O referido é verdade e dou fé.

São José da Lagoa Tapada, 27 de Março de 1992

Cláudio Antonio Marques de Sousa
OFICIAL



FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
RUA FRANCISCO BONFACIO, S/N - CENTRO
SAO JOSE DA LAGOA TAPADA / PB CEP: 59815000 (AG: 177)



Ligação MONOFÁSICO
Caf/Sec RES MT C B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro 18 - 192 - 77 - 2620 Referência: Abr / 2019
Medidor 00059061325 Emissão: 28/04/2019

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 200, Km 25 - Canto Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-490
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est 18.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 04.182.334
Cód. para Dth. Automático: 00007782211

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Abr / 2019	29/04/2019	29/05/2019	037.147.804-68 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/778231-1

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos:
Conforme previsto na Lei 12.007 de 28 de julho de 2009,
informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2018 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e dos anos anteriores.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em: saude.gov.br/vacinaBrasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
28/03/19	10265	29/04/19	10372	

Demonstrativo										
CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alíq.	Imposto (R\$)	Base Calc.	Pot. (R\$)	Cobrança (R\$)	
		Tributos Totais (R\$)		KMS (R\$)	KCMS		Par (Cobrança (R\$)	(2,945%)	(4,956%)	
0801	Consumo em kWh:	107,000	0,954400	81,42	91,42	27	24,68	91,42	0,89	4,56
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB. ILM. PÚBLICA			9,43	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 01/2019			1,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 01/2019			1,92	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 01/2019			1,20	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	105,28	91,42	24,68	91,42	0,89	4,56
Tarifa e Tributos	0 571770							

Módulo últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
02	26/05/2019	R\$ 105,28

Histórico de Consumo (kWh)											
51	54	55	115	105	94	105	104	125	107	100	89
Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19

RESERVADO AO FISCO
0d30.2957.32d4.7048.5217.6524.07a2.e732.

Indicadores de Qualidade 21/2019 - São Gonçalo				Composição da Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	8,97	0,07	NOMINAL 220	Serviço de Dist. da Energia/PB	21,71	20,82
DIC TRIMESTRAL	13,74			Compra de Energia	30,97	29,42
DIC ANUAL	27,48			Serviço de Transmissão	3,36	3,21
FIC MENSAL	3,48	1,00	CONTRATADA	Encargos Setoriais	5,13	4,97
FIC TRIMESTRAL	5,27		LIMITE INFERIOR 202	Impostos Diretos e Encargos	44,08	41,88
FIC ANUAL	13,95		LIMITE SUPERIOR 231	Outros Serviços	0,00	0,00
DIC Q	9,97	0,07		Total	105,28	100,00
DIC R	12,22					

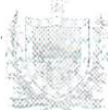
Valor de EUSD (Ref. 2/2019) R\$ 90,23

ATENÇÃO		Faltas em atraso	
- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) do mês não tenha(m) sido paga(m), o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 14/05/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as faltas pagas não estejam em conformidade com a legislação. Caso a(s) fatura(s) não seja(m) paga(m) até a(s) data(s) acima, desconsiderar esta mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência. Abre Viés: #ChegadaAcidentadaTrabalho		Fev/19 93,87	

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 02624.912008 01031.526179 8 79010000010528
PAGADOR: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 037.147.804-68
RUA FRANCISCO BONFACIO, S/N - CENTRO - SAO JOSE DA LAGOA TAPADA / PB CEP: 59815000

Assinatura	Nº Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
5249120001031528	000778231201904	26/05/2019	R\$ 105,28	





GRATUITO

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE MOURA, Escrivão de Polícia Civil, matrícula 155.114.-1, lotado na Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, em exercício na 1ª Delegacia Distrital de Sousa – PB, no uso de suas atribuições, etc.,

CERTIFICO, para os devidos fins e atendendo a requerimento verbal de pessoa interessada, que, revendo os arquivos deste Cartório Policial, neles encontrei o Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) 012903, datado de 08.03.2007, noticiando que no dia 08 de março de 2007, por volta das 12h00, na BR 230, próximo à entrada do Núcleo Habitacional I, São Gonçalo, Sousa – PB, aconteceu um sinistro de trânsito, do tipo atropelamento, provocado pelo veículo Fiat Uno Mille Fire Flex, ano/modelo 2006/2007, cor verde, placa MOP 0368 – PB, conduzido por um taxista de prenome FABIANO, residente na cidade de Cajazeiras – PB; segundo consta no BOPM nº 012903 e documentos anexos, o veículo Fiat Uno, placa MOP 0368 – PB, trafegava pela BR 230, sentido Cajazeiras – Sousa quando, nas proximidades da entrada para o Núcleo Habitacional I, São Gonçalo, Sousa – PB, veio a atropelar as crianças JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 25.08.1996, e FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 31.05.2002, ambos naturais de São José da Lagoa Tapada – PB e filhos de Manoel Francisco dos Santos e Francisca Alexandre, residentes no Núcleo Habitacional I, São Gonçalo, Sousa – PB; após o sinistro, o taxista parou o veículo e prestou socorro às vítimas, as quais foram socorridas inicialmente para o Hospital Regional de Sousa – PB, onde receberam primeiro atendimento; em decorrência do sinistro, a vítima FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS sofreu fratura na perna direita (tíbia), bem como traumatismo craniano, sendo transferido para o Hospital Antonio Targino, na cidade de Campina Grande – PB; apesar das lesões, os pais das vítimas não representaram criminalmente em face do motorista atropelador. O referido é verdade. Dou fé.

Sousa, 26 de fevereiro de 2010.

Carlos Eduardo R. de Moura
Escrivão de Polícia Civil
Matr.: 155.114.-1





RECIBO: Recibi Rs. 26.45 de 60.02.07 J. GILGADO(S) e otros
1 objetos descritos acima.

Estado da Paraíba
DGP-DRP
CONFERE COM O ORIGINAL



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL DE PATOS

Lauda nº: 03220708

LAUDO TRAUMATOLÓGICO
Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 03/07/2008

Órgão Requisitante: 9ºDRPC Nº da Solicitação: 207/08. Autoridade Solicitante: Bel: Silvio Bardasson Filho Nome: **FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS**, solteiro, filho de Manoel Francisco dos Santos e de Francisca Alexandre, natural de São José da Lagoa Tapada/Pb, residente no Núcleo Habitacional I – São Gonçalo – Sousa/PB.

HISTÓRICO: criança de 6 anos de idade, vítima de acidente de trânsito (atropelamento) ocorrido no dia 08/03/2007, na BR 230, entrada para o Núcleo no município de Sousa/PB, conforme BOPM nº 012903.

DESCRIÇÃO: Periciando apresenta marcha claudicante com dificuldade para deambular com desvio medial do pé direito e alteração da mobilidade do dímido direito. Apresenta cicatriz cirúrgica em região posterior do terço inferior da coxa direita. Apresenta cicatriz cirúrgica horizontal, medindo 2cm de extensão, hipocrômica, hipertrófica, linear, localizada acima da fúrcula esternal. Trouxe xérox do prontuário do Hospital de Sousa com relato de TCE + Fratura de tíbia direita. Foi transferido para UTI do Hospital Antônio Targino em Campina Grande, onde permaneceu por quase 2 meses, porém não há documentos comprobatórios da internação.

QUESTITOS:

- 1º Há ferimento ou ofensa física? Sim
- 2º Qual o meio que o ocasionou? Ação contundente.
- 3º Houve perigo de vida? Sim. **Traumatismo crânio-encefático.**
- 4º Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Pode resultar. Avaliação especialista (neurologista) e novo exame após 60 dias.
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? Sim. **Internação prolongada.**
- 6º Provocou aceleração de parto? Prejudicado.
- 7º Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? Não.
- 8º Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? Não.
- 9º Resultou **deformidade permanente?** Pode resultar. **Sim, Marcha claudicante e cicatriz.**
- 10º Provocou aborto? Prejudicado.

Carlos Eduardo R. de Moura
Escrivão de Polícia S/P

Jose Cirilo F. Neto
1º Perito

2º Perito

Dr. Givaney E. de Andrade Jr.
Perito Médico Legal
2º Perito

Estado da Paraíba
DGP - DRP
CONFERE COM O ORIGINAL



- 87 -
48



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL-PATOS



LAUDO N.º 00120410-A

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO

COMPLEMENTAR

Aos 22 dias do mês de abril de 2010, nesta cidade de Patos - PB, e neste (a) Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Patos/PB, a fim de atender ao ofício de n.º 043/2010, datado de 03/03/2010, da 1ª Delegacia Distrital de Sousa/PB, assinada pelo Bel. Silvio Bardasson Filho, os infra-assinados peritos médico-legais deste Núcleo, a procederem ao exame complementar em: **FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS**, brasileiro, sexo masculino, solteiro, natural de São José da Lagoa Tapada/PB, filho de Manoel Francisco dos Santos e de Francisca Alexandre, residente no Núcleo I, Bairro São Gonçalo, Sousa /PB.

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 08/03/2007 na BR 230 entrada para o Núcleo I, no município de Sousa-PB.

EXAME PERICIAL: Periciado apresenta marcha do tipo atáxica com dificuldade à deambulação apresentando desvio medial do pé direito além de alteração nos movimentos do membro superior direito. T.C de crânio de 10/05/2010 sinusopatia etmoidal.

QUESITOS

- 1-O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? Sim.
- 2-No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? Prejudicado.
- 3-Resultado debilidade permanente de membro, sentido ou função? **Sim. Debilidade da função deambulatoria.**
- 4-Resultado perda ou inutilização de membro, sentido ou função? Não.
- 5-Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? Não.
- 6-Resultado deformidade permanente? **Sim.** Cicatriz inestética de traqueostomia/deformidade na marcha.

033 005032
Dr. Manoel D. D. C. Filho

Estado da Paraíba
DGP DRP
CONFERE COM O ORIGINAL

Carlos Eduardo R. de Moura
Escrivão de Polícia Civil
Mat.: 155.114-1





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0800232-41.2020.8.15.0371
	[SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]
AUTOR	F. D. C. D. S. e outros
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.



Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que pode ser afastada diante de outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira.

A propósito do tema, eis a orientação do STJ, firmada já sob a égide do CPC/2015:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, FORMULADO PELA UNIÃO, CONTRA PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO, NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME, NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por pensionista de servidor público federal, contra decisão que - nos autos de Cumprimento de Sentença, formulado contra a UNIÃO - indeferira a concessão dos benefícios da assistência judiciária à ora agravante, já na vigência do CPC/2015, ao entendimento de que "a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência não é absoluta, devendo ser sopesada com as demais provas existentes nos autos, podendo o juiz exigir a comprovação da situação de miserabilidade para analisar o pleito de assistência judiciária gratuita". III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Ainda sob a égide do CPC/73, "este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/05/2013)" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016). V. Na forma da jurisprudência do STJ, "o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015). VI. Outrossim, "embora seja certo que o Novo CPC estabelece, em seu art. 99, que o pedido de reconhecimento



do direito personalíssimo à gratuidade de justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso - estabelecendo uma presunção de veracidade e de boa-fé por parte do requerente -, acolhe, no parágrafo 2º, a jurisprudência consolidada do STJ, no sentido de que o juiz pode indeferir a benesse, de ofício, contanto que, antes de indeferir o pedido, propicie à parte requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais. Ademais, o CPC/2015 não revogou o art. 5º, caput, da Lei 1.060/1950, que prevê que o juiz deve indeferir, de ofício, o pedido de gratuidade justiça, caso tenha fundadas razões" (STJ, REsp 1.584.130/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 17/08/2016). VII. Tendo o Tribunal de origem, soberano na apreciação de fatos e provas, mantido a decisão de 1º Grau, que indeferira o pedido de assistência judiciária, haja vista que as provas e circunstâncias da causa são incompatíveis com a alegada necessidade do benefício, revela-se inviável o reexame de tal conclusão, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. A propósito: STJ, AgInt no AREsp 871.303/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016. VIII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1104835/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

Ademais, verifica-se que a parte requerente pleiteia a gratuidade sem sequer indicar o valor das despesas e das custas. Somente com a apuração do valor é que se saberá se há ou não capacidade para o pagamento sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Saliente-se que é possível simular a importância a ser recolhida por meio de ferramenta disponibilizada por esta Corte em seu sítio eletrônico.

É importante ressaltar, por fim, que o art. 98, § 5º, autoriza o deferimento da gratuidade de forma parcial, o que, também, dependerá da demonstração da situação econômica da parte autora. A propósito, **a Presidência do TJPB e a Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba editaram a Portaria Conjunta n.º 02/2018 regulamentando a questão (DJe publicado em 30/11/2018). Ao final desse documento, será disponibilizado o inteiro teor do ato.**

Por fim, no tocante às ações em que se pede compensação por alegados danos morais, é necessário fazer uma observação. Excetuadas as hipóteses estritas em que se admite pedido genérico (NCPC, art. 324, § 1º), os valores postulados a título de indenização por danos materiais ou morais, por demarcarem o próprio proveito econômico pretendido pela parte, devem ser expressamente contemplados na atribuição do valor da causa (NCPC, art. 292, V). Descabe, pois, pleitear compensação por danos morais em quantia meramente estimativa, relegando-a livre arbitramento judicial. Assim, cabe a especificação do montante da indenização que postula a título de compensação por dano moral, retificando o respectivo valor da causa.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no § 2º do art. 99 do CPC:

1- determino a intimação da parte que requer a gratuidade para, em quinze dias e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência.



2- Deverá a parte, necessariamente, apresentar simulação do valor das custas e das despesas, que pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <
<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/previas/custasprevias.jsf>>.

3- Havendo pedido de reparação por danos morais, a parte autora deverá declinar o montante da indenização que postula a título de compensação, retificando o respectivo valor da causa. O valor atribuído deverá ser considerado para fins da simulação exigida no item 2.

4- A parte deverá apresentar extratos bancários de suas contas e as faturas de cartões de crédito referentes aos últimos três meses e a última declaração de bens e renda entregue à Receita Federal. . Sendo pessoa casada ou em união estável, deverão ser apresentados os mesmos documentos em relação ao cônjuge ou companheiro.

5- Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos:

- a. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;
- b. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge;
- c.. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;
- d. cópia dos balancetes dos últimos três meses da parte autora, caso seja pessoa jurídica;
- e. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor.

Intime-se. Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificação, certifique a serventia o fato e retornem os autos conclusos para decisão.

Cumpra-se.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

Janete Oliveira Ferreira Rangel

Juíza de Direito em Substituição



PORTARIA CONJUNTA Nº 02/2018 - **Dispõe sobre a regulamentação da redução percentual e do parcelamento de despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba e dá outras providências.** O PRESIDENTE E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e uniformização de procedimento no âmbito deste Poder Judiciário no que diz respeito à concessão de redução percentual e parcelamento de custas processuais, previstos respectivamente nos §§ 5º e 6º do artigo 98 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015; CONSIDERANDO ser atribuição da Presidência do Tribunal, ordenadora de despesas, zelar pela arrecadação das receitas próprias do Judiciário, de modo a assegurar o equilíbrio fiscal do Poder Judiciário; CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral da Justiça tem o dever de zelar pela eficiência dos atos administrativos que lhe são peculiares, conforme estabelece o art. 37, caput, da Constituição Federal (de 1988), c/c o art. 25 da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba; RESOLVEM: Art. 1º O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). § 1º Entende-se como despesas processuais, referidas no caput deste artigo, todas as verbas elencadas no §1º do art. 98 do CPC. § 2º **A concessão da redução e/ou do parcelamento das despesas processuais está condicionada à efetiva comprovação da hipossuficiência financeira da parte beneficiária em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.** § 3º **A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.** § 4º Sobrevindo comprovada mudança na situação financeira do beneficiário, fazendo desaparecer os requisitos previstos no parágrafo anterior, o magistrado poderá rever as condições do benefício, inclusive revogá-lo. Art. 2º O parcelamento das despesas processuais pode ser realizado em até 06 (seis) prestações iguais, mensais e sucessivas, sujeitas à correção pela Unidade Fiscal de Referência (UFR) do mês vigente, respeitando-se o valor mínimo de R\$ 30,00 por parcela. § 1º Concedido o parcelamento das despesas processuais, os valores das prestações deverão ser arredondados na segunda casa decimal, seguindo o padrão matemático. § 2º O prazo para pagamento das parcelas referidas neste artigo é o último dia de cada mês e não se suspende em virtude do recesso forense, nem de qualquer outro motivo de suspensão do processo. § 3º O beneficiário poderá adiantar o pagamento das parcelas pelo valor da UFR vigente, não sendo cabível qualquer desconto. § 4º As reduções ou os parcelamentos deferidos antes da publicação deste ato, em valores ou número de prestações superiores ao estabelecido no caput deste artigo, ficarão mantidas até sua quitação. Art. 3º Cabe ao Chefe de Cartório, no âmbito do primeiro grau, ou à Diretoria Judiciária, no segundo grau, o controle do pagamento regular das custas, certificando nos autos o inadimplemento, até que sobrevenha o controle automatizado. Parágrafo único. Se, antes de prolatar a sentença, o magistrado verificar que as parcelas não foram totalmente pagas, determinará a intimação da parte autora para quitá-las, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Art. 4º No caso de pagamento em duplicidade de um boleto, o valor não será considerado como quitação de eventual parcela subsequente, podendo a parte solicitar a restituição do valor à Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Art. 5º Incumbe à parte beneficiária do parcelamento extrair do sistema Custas Online, no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (www.tjpb.jus.br), o boleto relativo a cada parcela, utilizando o número do respectivo processo ou da guia de custas. Parágrafo único. É vedado o pagamento de despesas processuais que não seja por meio de guias de recolhimento. Art. 6º Os casos omissos serão solucionados pelo magistrado. Art. 7º Esta Portaria entra em vigor no dia 03 de dezembro de 2018. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. João Pessoa, 28/11/2018. Desembargador JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO Presidente Desembargador JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ Corregedor-Geral da Justiça





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800232-41.2020.8.15.0371

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS REPRESENTANTE: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, servindo o mesmo como expediente de intimação, na forma do art. 108 do Código de Normas da CGJPB.

Sousa(PB), 27 de janeiro de 2020

ANA CLAUDIA RODRIGUES SOARES ABRANTES

Assinatura eletrônica





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800232-41.2020.8.15.0371

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS REPRESENTANTE: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, servindo o mesmo como expediente de intimação, na forma do art. 108 do Código de Normas da CGJPB.

Sousa(PB), 27 de janeiro de 2020

ANA CLAUDIA RODRIGUES SOARES ABRANTES

Assinatura eletrônica



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UIRAÚNA-PB.

FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS representado por **FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS**, já qualificado no processo referenciado, vem, por meio de seu advogado adiante assinado, perante Vossa Excelência com a máxima vênica, **juntar a simulação do valor de custas retiradas do site do TJPB no valor de R\$ 628,50 (seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).**

Esclarece que se trata de menor em situação de hipossuficiência, que depende de sua mãe para prover sua própria manutenção e para despendar todos os cuidados necessários à sua saúde. Ademais, sua mãe é agricultora, não havendo outra fonte de renda, apenas a agricultura de subsistência.

Como comprovação de tais fatos o autor destaca em anexo:

- Ø CTPS de sua representante que não possui nenhum vínculo assinado, constando apenas os anteriores;**
- Ø CadÚnico**, em que está comprovada o núcleo familiar do menor e de sua mãe, família de baixa renda;
- Ø Carteira do Sindicato RURAL de sua representante**, que comprova que a mesma se trata de agricultora e, portanto, não possui condições de arcar com as custas judiciais.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito com consequente concessão de gratuidade judiciária em razão da situação de hipossuficiência do menor e sua representante que não possui condições sequer de pagar o valor das custas judiciais.

Termos em que

Pede Deferimento





Sousa, (PB), 18 de fevereiro de 2020.


José Cirilo Fernandes Neto



Advogado

OAB/PB 6.490



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 037.1.20.00523/01
			Data de emissão: 18/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sousa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 037.2020.600523 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 Promovente: francisco das chagas dos santos - Taxa Judiciária: R\$ 113,40 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: seguradora líder dos consorcios do seguro DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 629,85
			Desconto total: R\$ 0,00
866600000065 298509283180 520200229034 712000523019 			Valor final: R\$ 629,85

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 037.1.20.00523/01
			Data de emissão: 18/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sousa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 037.2020.600523 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Promovente: francisco das chagas dos santos Promovido: seguradora líder dos consorcios do seguro DPVAT s.a.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 629,85
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 629,85

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 037.1.20.00523/01
			Data de emissão: 18/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sousa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 037.2020.600523 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 Promovente: francisco das chagas dos santos - Taxa Judiciária: R\$ 113,40 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: seguradora líder dos consorcios do seguro DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 629,85
			Desconto total: R\$ 0,00
866600000065 298509283180 520200229034 712000523019 			Valor final: R\$ 629,85





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 037.2020.600523

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 18/02/2020

Comarca: Sousa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: francisco das chagas dos santos

Promovido: seguradora líder dos consorcios do seguro DPVAT s.a.

Valor da Causa: R\$ 7.560,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 515,10

Taxa: R\$ 113,40

Total da Guia: R\$ 628,50

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Peça sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

160.01599.25-5

NÚMERO

3443338

SÉRIE

0040

UF

PB

Eu, Sr. **ANDRÉ SANTOS**

ASSINATURA DO TITULAR



POLEGAR DIREITO



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

FILIAÇÃO..... COSMO ALEXANDRE DAS NEVES

NASCIMENTO..... 27/07/1970

ESTADO CIVIL..... CASADO

NATURALIDADE..... SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB

DOCUMENTO..... R.G. 2065455 SSDS PB 06032014

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF..... 037.147.604-66

TT: ELEITOR.....

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: AA SOUSA/PB - 18/07/2014

ZONA:

SEÇÃO:

CHN.....

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

LEGENDA
A - CASAMENTO E - DIVÓRCIO E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE G - DATA DE NASCIMENTO
S - SEXO FEMININO D - ADOPÇÃO F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

04

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E NÚMERO DO REGISTRO

05

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH ☐ SIM ☐ NÃO

DIABETE ☐ SIM ☐ NÃO

HEMOFILIA ☐ SIM ☐ NÃO

ALERGIAS ☐ SIM ☐ NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. n° 879, de 12 de julho de 1993) ☐ SIM ☐ NÃO

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

DATA DA ANULAÇÃO ASSINATURA E NÚMERO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

DATA DA ANULAÇÃO ASSINATURA E NÚMERO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

DATA DA ANULAÇÃO ASSINATURA E NÚMERO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

DATA DA ANULAÇÃO ASSINATURA E NÚMERO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR

06

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO CBO N°

DATA DE ADMISSÃO DE DE REGISTRO N° FLS. / RCHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

DATA DE SAÍDA DE DE FLS. / RCHA

COM. DISPENSA CO N° FGTS N° DA CONTA

07



FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO - V7

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO DA FAMÍLIA

1.01 Código Familiar: 59580688-6 1.10 Data da Entrevista: 10/09/2019
RENDIA PER CAPITA DA FAMÍLIA: 499,00

II - ENDEREÇO DA FAMÍLIA

1.11 - Localidade: ZONA URBANA
1.12 - Tipo: RUA 1.13 - Título:
1.14 - Nome: FRANCISCO BONIFACIO
1.15 - Número: 1.16 - Complemento do Número: SN
1.17 - Complemento Adicional:
1.18 - Cep: 58815-000 1.20 - Referência para Localização:

III - COMPONENTES DA FAMÍLIA

RESPONSÁVEL FAMILIAR			
4.02 - Nome Completo:	FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS		
4.03 - NIS:	16001599255	4.06 - Data de Nascimento:	27/01/1970
4.07 - Parentesco com Responsável Familiar:	FILHO(A)		
4.02 - Nome Completo:	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS		
4.03 - NIS:	16297664367	4.06 - Data de Nascimento:	31/05/2002

SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB 30/01/2020
Local e Data

FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar (RF)
José Francisco Soares Junior
Secretário Adj. de Assistência Social

Assinatura do Entrevistador Responsável pelo Cadastramento

Caso o RF não saiba assinar, o entrevistador registrará a expressão "A ROGO" e, a seguir, o nome do RF.

(A ROGO é a expressão jurídica utilizada para indicar que a identificação, substituindo a assinatura, foi delegada a outra pessoa)



20.09.2017

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE S. J. LAGOA TAPADA-PB**

NOME FRANCISCA ALEXANDRE SANTO

Data Nascimento 27/01/70

Cart. Prof. N° 3743338 série 0040

Cart. Sindical N° 6.286

Profissão AGRICULTORA

Estado Civil CASADA

Resid. RUA FRANCISCO BENTONIC

Jose Martins de Sousa
Presidente

ANO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
17												
18												
19												

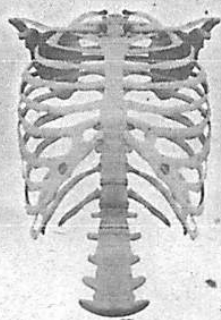
Esposo(a) _____

Filho(s): _____



Doc em anexo.





CENTRO DE OSTEOPOROSE E TRATAMENTO DE DOENÇAS OSTEOARTICULARES

Dr. Carlos Fabrício S. Santos

Densitometria Óssea

Raio X: Extremidades - Torax - Coluna - Face

RELATÓRIO MÉDICO

Auxílio doença/Amparo assistencial

Declaro para os devidos fins e a pedido do interessado que o menor FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS, apresenta comprometimento motor do Membro superior e inferior direito, onde exibe limitação funcional e claudicação da marcha, exibe ainda comprometimento cognitivo e psíquico por ser portador de seqüela de TCE grave (ficou 45 dias em coma) e fratura do Membro inferior direito após atropelamento há 7 anos, CID: T905 / M218 / F067 / F29. Em virtude do quadro clínico exposto, deformidade irreversível necessita de amparo assistencial.

Cajazeiras/PB, 21 de Novembro de 2016

Dr. Carlos Fabrício de S. Santos
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 4676 SBOT 7970





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0800232-41.2020.8.15.0371
	[Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]
AUTOR	F. D. C. D. S. e outros
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade, uma vez que a documentação atesta a incapacidade financeira.

Intime-se a parte autora para, em quinze dias, emendar a inicial e comprovar o prévio requerimento administrativo, sob pena de indeferimento da exordial¹.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito



1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O

estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. 3. In casu, o acórdão recorrido assentou: “2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo.” 4. Recurso DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto por Francisco Borges Leal, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, em parte assim fundamentado (fl. 122): “2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo.” Nas razões do apelo extremo sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14, conforme se pode destacar do seguinte trecho da manifestação do referido julgado: “A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.” Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 10 de outubro de 2014. Ministro LUIZ FUX Relator Documento assinado digitalmente (STF, RE 839314, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em DJe-202 DIVULG 15/10/2014 PUBLIC 16/10/2014).





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800232-41.2020.8.15.0371

AUTOR: F. D. C. D. S. REPRESENTANTE: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, servindo o mesmo como expediente de intimação, na forma do art. 108 do Código de Normas da CGJPB.

Sousa(PB), 14 de abril de 2020

ANA CLAUDIA RODRIGUES SOARES ABRANTES

Assinatura eletrônica



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª VARA DA
COMARCA DE SOUSA-PB.**

FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS representado por **FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS**, já qualificado nos autos, por seu advogado, procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência em atendimento ao Despacho retro, pedir a prorrogação do prazo para emenda à inicial com juntada do prévio requerimento administrativo negado, tendo em vista que o autor é pessoa humilde residente na zona rural e devido à pandemia que nos assola neste momento ainda não conseguimos o contato com o mesmo para conseguir a documentação necessária.

Assim excelência, pedimos a compreensão, e razoabilidade para deferir a prorrogação do prazo, de forma a não prejudicar o direito do autor da presente ação.

Termos em que

Pede Deferimento

Sousa, (PB), 22 de maio de 2020.

José Cirilo Fernandes Neto

Advogado

OAB/PB 6.490





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA - 7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sou-vmis07@tjpb.jus.br telefone (83)35226602

PROCESSO	0800232-41.2020.8.15.0371
	[Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]
AUTOR	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Confiro prazo de dez dias para cumprimento da emenda.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800232-41.2020.8.15.0371

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS REPRESENTANTE: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, servindo o mesmo como expediente de intimação, na forma do art. 102 do Código de Normas da CGJPB.

Sousa(PB), 13 de julho de 2020

ANA CLAUDIA RODRIGUES SOARES ABRANTES

Assinatura eletrônica



CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora nos presentes autos.

SOUSA, 20 de agosto de 2020

ANA CLAUDIA RODRIGUES SOARES ABRANTES





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA - 7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

sou-vmis07@tjpb.jus.br; (83)355226602

Processo: 0800232-41.2020.8.15.0371

Assunto [Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]

Parte autora FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros

Parte ré SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando que a realização das perícias médicas do seguro DPVAT foram agendadas nos dias 09 e 14 de outubro de 2020, expeça-se mandado urgente de intimação, a fim de não frustrar a realização do ato.

Cumpra-se com urgência.

Sousa-PB, data e assinaturas eletrônicas.

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0800232-41.2020.8.15.0371
	[Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]
AUTOR	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS e outros
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

ATO ORDINATÓRIO, praticado nos termos da Portaria nº 01/2018, de 24 de julho de 2018, QUE DISPÕE ACERCA DOS ATOS ORDINATÓRIOS, da lavra do Juiz de Direito VINICIUS SILVA COELHO, c/c o art. 203, §4º do CPC, pratico o seguinte ato:

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º do CPC/2015 c/c a Portaria 02/2018, da lavra do MM. Juiz de Direito desta Vara e ainda com o art. 102 da DOUTRA CGJPB, Nomeio como perito do juízo o(a) médico(a) DR(A). **CLAUDIA SARMENTO GADELHA**, em substituição ao perito anterior nomeado, para fins de realização de perícia já designada pelo magistrado em decisão anterior.



Outrossim, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara, Dr. Vinicius Silva Coelho, a perícia foi designada para o dia **11 /11/2020, A PARTIR DAS 13:00 HORAS, NO FÓRUM LOCAL**, ficando já ciente o perito, por contado telefônico.

Finalmente, providenciei nesta data as intimações das partes para comparecerem ao ato, no local, data e hora determinada.

Sousa-PB, 15 de Outubro de 2020.

Janaína Maria dos Santos Brito Lacerda

Analista Judiciário

Mat. 473605-2





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOUSA
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0800232-41.2020.8.15.0371

AUTOR: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS REPRESENTANTE: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, servindo o mesmo como expediente de intimação, na forma do art. 108 do Código de Normas da CGJPB. Perícia designada para o dia 11/11/2020, a partir das 13:00 horas, no Fórum Dr. José Mariz, Sousa/PB. Atente-se para o cumprimento dos protocolos sanitários impostos pelas autoridades de saúde, em decorrência da pandemia do coronavírus, uso obrigatório de máscaras, distanciamento e proibição de aglomerações.

Sousa(PB), 15 de outubro de 2020

JANAINA MARIA DOS SANTOS BRITO LACERDA



Analista Judiciário



7ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

Nº do processo: 0800232-41.2020.8.15.0371
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]

Autor: Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
Nome: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Mista de Sousa manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora pessoalmente, para no dia 11/11/2020, a partir das 13:00 horas, comparecer à perícia designada no Fórum Dr. José Mariz, Sousa/PB, atente-se ao cumprimento dos protocolos sanitários impostos pelas autoridades de saúde em decorrência da pandemia do coronavírus, uso obrigatório de máscaras, distanciamento e proibição de aglomerações.
Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
Nome: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
para os termos do despacho em anexo.

SOUSA, em 15 de outubro de 2020.

De ordem, JANAINA MARIA DOS SANTOS BRITO LACERDA
Mat.473605-2



7ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

Nº do processo: 0800232-41.2020.8.15.0371
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]

Autor: Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
Nome: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Mista de Sousa manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora pessoalmente, para no dia 11/11/2020, a partir das 13:00 horas, comparecer à perícia designada no Fórum Dr. José Mariz, Sousa/PB, atente-se ao cumprimento dos protocolos sanitários impostos pelas autoridades de saúde em decorrência da pandemia do coronavírus, uso obrigatório de máscaras, distanciamento e proibição de aglomerações.
Advogado do(a) REPRESENTANTE: JOSE CIRILO FERNANDES NETO - PB6490

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
Nome: FRANCISCA ALEXANDRE DOS SANTOS
Endereço: Rua Francisco Bonifácio, Centro, SOUSA - PB - CEP: 58800-000
para os termos do despacho em anexo.

SOUSA, em 15 de outubro de 2020.

De ordem, JANAINA MARIA DOS SANTOS BRITO LACERDA
Mat. 473605-2



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que deixei de Intimar por o mesmo conter mais de um destinatário, não especificando qual das partes a ser intimada. Certifico ainda, que o endereço fornecido é em São José da Lagoa Tapada e não em Sousa. Dou fé.

15 de outubro de 2020

LAURIANA GOMES FONTES



CERTIDÃO

Certifico que DEIXEI de dar inteiro cumprimento ao presente mandado, tendo em vista que o mesmo consta mais de um destinatário, indo de encontro ao que preceitua o § 1º, art. 9 da Resolução nº 36/2013 do TJPB, onde cada mandado conterà um único destinatário, podendo ser emitido mandados vinculados quando para mais de uma pessoa/parte do mesmo endereço. Diante dos fatos, devolvo o presente mandado para os devidos fins.

O referido é verdade e dou fé.

Sousa(PB), 15 de outubro de 2020.

José Carlos Bento dos Santos

Oficial de Justiça

Mat.475.872-2

